

13 JAN 1993

CORREIO BRAZILIENSE

# Congresso dá prioridade a votação do ajuste fiscal

**Cláudia Moema**

A Câmara dos Deputados decidiu apressar, ao máximo, a tramitação do projeto de reforma fiscal. Por decisão do colegiado de líderes, a matéria tem prioridade absoluta e nenhuma outra será examinada antes de sua votação. As únicas exceções ficaram para os projetos de regulamentação do plebiscito, instalação da Advocacia Geral da União e aumento dos servidores públicos civis e militares, que já constavam da ordem do dia. Na prática, os líderes resolveram trancar a pauta enquanto o ajuste fiscal não for votado.

O Senado também decidiu colaborar. Como o líder do Governo, senador Pedro Simon (PMDB-RS), os senadores irão acompanhar as discussões do ajuste fiscal na Câmara dos Deputados. Se pretenderem formular emendas, estas serão apresentadas através dos deputados. Dessa forma, o texto que vier a ser aprovado na Câmara será aprovado no Senado com maior rapidez. Todo esforço será necessário porque se trata de emenda constitucional, cuja aprovação é uma das mais difíceis de serem obtidas. O quorum exigido é de três quintos dos deputados (302 dos 503) e dos senadores (49 dos 81), em dois turnos de votação em

cada uma das casas.

Ontem foi aberto o prazo para apresentação de destaques ao substitutivo do deputado Benito Gama (PFL-BA). Na reunião dos colégios de líderes, hoje, esses destaques serão examinados. As lideranças começam a discutir o mérito do ajuste fiscal nessa reunião. Se conseguirem algum acordo, a matéria pode entrar na ordem do dia das votações.

**Sem récuo** — O líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE) desmentiu ontem com veemência, informações de que o governo estaria disposto a rever sua proposta de reforma fiscal em razão das resistências enfrentadas no Congresso Nacional. Assegurou que o Governo continuará trabalhando pelo seu projeto e, de maneira alguma, abrirá mão do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), considerado um dos pilares do ajuste fiscal.

Com uma alíquota de 0,25 por cento, o imposto, de acordo com a proposta, incidirá sobre os saques em conta bancária. Permanecerá em vigência até dezembro de 1994 e somente este ano, renderia aos cofres da União cerca de 7 bilhões de dólares. "Vou retirar o IPMF em troca de quê? Não adianta dizer que é contra, é preciso apresentar uma alternativa e como ninguém apresentou nada até agora, o governo conti-

nuará trabalhando pelo projeto", afirmou Roberto Freire. Ele admite modificações na matéria, até em sua totalidade, mas sempre deverá haver uma proposta alternativa. "Não se imagina que o Governo abrirá mão daquilo que é básico no projeto, o IPMF, porque então não seria preciso reforma fiscal nem essa convocação extraordinária do Congresso", explicou.

O líder admite, porém, negociar "temas em torno do imposto", prazos ou a vinculação da arrecadação à sua destinação para programas sociais. Freire lembra que, ainda na Comissão, quando o deputado Paulo Mandarino (PDC-GO) apresentou emenda destinando 20 por cento da arrecadação do imposto para projetos habitacionais, o Governo discordou. Posteriormente, acabou reconhecendo que a sugestão ajudaria na meta de retomada de desenvolvimento do País. Roberto Freire lembra, ainda, que o Governo já abriu mão do imposto seletivo.

"Naquele momento, foi o máximo que o Governo admitiu. Mas a negociação está em aberto", disse o líder. Mesmo assim, reconhece a existência de dificuldades e acredita que a matéria acabará sendo decidida no voto. "Mas qualquer decisão que o Congresso tomar será acatada pelo governo", garante.